

Um livro manuscrito e seu sistema de micropoderes: os Livros de Linhagens da Idade Média Portuguesa¹

José D'Assunção Barros

RESUMO

Este artigo objetiva examinar algumas questões referentes às relações entre “poder” e “livro” na época dos livros manuscritos medievais – refletindo sobre esta questão através dos ‘livros de linhagens’ portugueses dos séculos XIII e XIV. Na primeira parte do artigo, são examinadas as relações entre poder, sociedade e o texto dos ‘livros de linhagens’. Na segunda parte, a análise é direcionada para as relações entre poder, sociedade e o livro enquanto objeto submetido a controles sociais diversos.

PALAVRAS-CHAVE: Poder. Livro. ‘Livro de linhagens’. Genealogia.

¹ O texto que aqui se apresenta relaciona-se a uma pesquisa desenvolvida junto ao Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro) com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian de Lisboa, onde desenvolve o tema “O Imaginário Cavaleiresco através das fontes narrativas e genealógicas de Portugal nos séculos XIII e XIV”.

Um livro, não importa qual seja, insere-se necessariamente em uma complexa rede de poderes e micropoderes. Como texto literário, torna-se facilmente espaço de acesso e de interdições a competências leitoras várias, fechando-se àqueles que não compreendem seus códigos ou que não compartilham o idioma comum à comunidade lingüística de seus leitores preferenciais, ao mesmo tempo em que se entreabre, nos seus diversos níveis, àqueles que podem apreender alguns de seus sentidos possíveis. Como objeto mesmo, o livro se oferece menos ou mais generosamente àqueles que podem adquiri-lo ou tomá-lo emprestado, ou àqueles que podem suportar ou sentir-se confortáveis diante das estratégias editoriais que lhe dão forma e materialidade. Como depositário de um discurso, na verdade de muitos discursos, o objeto-livro mostra-se por fim interferente e interferido, relacionando-se ao jogo de poderes e micropoderes que afetam a sociedade que contextualiza a sua produção e circulação.

Se tal ocorre com o livro já perfeitamente inserido na rede de mercado livresco típica de uma sociedade capitalista, onde o texto materializa-se em um objeto-livro que se reproduz mil vezes, dez mil vezes, quinhentas mil vezes, o que não diremos para os livros de períodos mais recuados? Que sistemas de controle e constrangimento não afetarão os universos livrescos de tiragens mais modestas, ou mesmo os livros que não eram ainda bem livros, como os incunábulo impressos com tipos móveis? Mais ainda, a que sistemas de poderes e contra-poderes não estarão sujeitos aqueles livros manuscritos que, sem desaparecerem totalmente com a entrada dos tempos modernos, imperavam no período medieval?

Para além do jogo de poderes e de lutas de representações que o afetam consideravelmente em vista do fato de que ele é antes de mais nada um livro-texto, o livro-manuscrito encerra uma série de outros espaços de interdições e acessos que se definem precisamente porque ele é também um livro-objeto de tipo manuscrito, com poucas cópias, por vezes ocorrendo mesmo ser objeto

único. Assim, a edição, a posse, o uso, a leitura de um livro manuscrito sempre abrigam, nas suas múltiplas modalidades, singulares espaços de poder – e isto é particularmente válido para os chamados ‘livros de linhagens’ medievais. É a este gênero textual, associado a uma forma manuscrita específica, que dedicaremos as considerações a seguir.

Antes de mais nada, vejamos o que eram os chamados “livros de linhagens”. Temos aqui uma modalidade de texto que deve ser inserida no âmbito das genealogias. Os textos genealógicos, na sua forma mais irredutível, correspondem a uma seqüência de nomes e de relações entre os nomes que constituem uma rede familiar ou linhagística, e seu objetivo mais visível é o de perpetuar a memória e a história de uma sucessão familiar, de uma linhagem, ou mesmo de uma rede de histórias familiares que se entrecruzam. Quando a genealogia refere-se a famílias que são propostas como aristocráticas, ou que a si mesmas atribuem um *status* de nobreza, encontramos com frequência a denominação “nobilíários”. Na Idade Média portuguesa, entre os séculos XIII e XIV, os nobiliários eram conhecidos mais habitualmente como “livros de linhagens”, e assumiram feições muito específicas. Diferentemente das genealogias dos demais países europeus do ocidente medieval, as genealogias ou ‘livros de linhagens’ de Portugal nesse período, e na verdade da península Ibérica, tinham a clara peculiaridade de alternarem a modalidade genealógica propriamente dita – a mera listagem de nomes, por assim dizer – com narrativas mais alentadas, de diversos tamanhos e teores.²

Por outro lado, em comum com as demais modalidades genealógicas – tão recorrentes nos diversos países europeus do ocidente medieval – os livros

■
² Os livros de linhagens foram compilados em momentos diversos entre o século XIII e XIV, sofrendo sucessivas interpolações até assumirem sua forma definitiva. São conhecidos basicamente três livros de linhagens: o Livro Velho (LV), o Livro do Deão (LD), e o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, que aqui chamaremos de Livro de Linhagens (LL). Os períodos presumíveis para as suas compilações vão de 1282 a 1290 para o LV, de 1290 a 1343 para o LD, e de 1340 a 1343 para o LL. As três fontes já possuem edições diplomáticas importantes. 1) Livros Velhos de Linhagens. (incluindo o “Livro Velho” e o “Livro do Deão”) e 2) Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (MATTOSO; PIEL, 1980).

de linhagem também costumavam desempenhar um papel de primeira ordem para a reconstrução social da memória familiar, notadamente no seio da nobreza feudal. Reconstruir uma lista de antepassados, de parentes e contraparentes, de relações entre um homem e os heróis ou traidores familiares que o precederam, era inserir este homem em um vasto sistema de valores e contravalores. Através da linhagem que se tornava visível a todos através dos nobiliários, os diversos indivíduos pertencentes à nobreza viam-se oportunamente inseridos em uma rede de alianças e solidariedades, e ao mesmo tempo em um sistema de rivalidades que contrapunha os indivíduos através de ódios e antipatias ancestrais que eram herdadas tão concretamente como as propriedades fundiárias ou os brasões de família. As linhagens, e através delas os nobiliários que as registravam por escrito, conferiam ao indivíduo pertencente à nobreza um traço fundamental de sua ‘identidade’, explicitando-lhe seus espaços de inclusão e de exclusão social, as suas conexões com o mundo social e histórico, e sobretudo a sua inserção e tipo de inserção em uma complexa rede de entrecruzamentos familiares a linhagísticos.

Conforme se disse, muitas vezes as genealogias européias não passavam de longas listagens familiares, com um mínimo de material narrativo apresentando uma ou outra explicação que se fazia necessária para o acompanhamento de uma determinada história familiar através de uma dada sucessão de casamentos e filiações. Contudo, é precisamente nos reinos ibéricos dos séculos XI ao XIV, e mais particularmente ainda no Portugal dos séculos XIII e XIV, que as genealogias assumiram ainda esta característica bastante singular: tenderam a deixar de ser meras listas de casamentos e filiações para constituírem um gênero híbrido que misturava a *crônica* à *genealogia* propriamente dita. Assim, nesta espécie de texto, um tipo de ‘discurso genealógico’ em forma de lista familiar – que vai descrevendo passo a passo uma cadeia linhagística através dos seus sucessivos desdobramentos – vê-se, de momentos em momentos, entrecortado por um ‘discurso narrativo’ que é interpolado à lista

genealógica para pretensamente caracterizar o indivíduo ou a família descrita. Para facilitar a compreensão deste caráter híbrido do texto linhagístico, consideraremos em seguida um segmento extraído do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*:

Este dom Rodrigo Gonçalvez era de vinte annos, e com seu poder foi em muitas fazendas, e diziam por el as gentes que nunca virom taes vinte annos.

[Prossegue por uma enumeração e nomeação dos descendentes de Dom Rodrigo Froiaz e de Dom Rodrigo Gonçalvez de Pereira, seu neto, donde descendem os 'Pereiras', chegando por fim a dom Rodrigo Gonçalves]

Este dom Rodrigo Gonçalvez foi casado com dona Enês Sanches. *Elá estando no castelo de Lanhoso, fez maldade com uu frade de Boiro, e dom Rodrigo Gonçalvez foi desto certo. E chegou e cerrou as portas do castelo, e queimou ela e o frade e homees e molheres e bestas e cães e gatos e galinhas e todas as cousas vivas, e queimou a camara e panos de vistir e camas, e non leixou cousa movil. E alguus lhe preguntaram porque queimara os homees e molheres, e el respondeo que aquela maldade havia XVII dias que se fazia e que nom podia seer que tanto durasse, que eles nom entendessem alguma cousa em que posessem sospeita, a qual sospeita eles deverom descubrir.*

Depois, foi este dom Rodrigo Gonçalvez casado com dona Sancha Anriquiz de Porto Carreiro, filha de dom Anrique Fernandez, o Magro, como se mostra no título XLIII, dos de Porto Carreiro, parrafo 3º, e fez em ela dom Pero Rodriguez de Pereira e dona Froilhi Rodriguez. Este dom Pero Rodriguez de Pereira lidou com dom Pero Poiares, seu primo,... [e assim por diante ..] (MATTOSO, 1980b)

O trecho em itálico corresponde a um segmento narrativo que interrompe o discurso genealógico simples – mera descrição de nomes, casamentos e descendências. Aqui, o genealogista deixa de descrever as relações de parentesco para passar a narrar um caso que envolve o último indivíduo mencionado na lista genealógica. Pela narrativa, sabemos que o nobre em questão fora traído pela esposa adúltera, mas que também se vingou exemplarmente – não apenas dos amantes adúlteros, como também de uma pequena população conivente com a transgressão. A narrativa funciona em múltiplas direções. Antes de mais nada confirma a honra do nobre vingador, ajudando a delinear a sua personalidade e reafirmando a seu valor no universo simbólico linhagístico – isto ao mesmo tempo em que deprecia a honra da esposa adúltera, e talvez

de seus eventuais filhos e netos (que aliás não são mencionados na seqüência genealógica). Como o nobre em questão foi casado uma segunda vez, segundo a descrição genealógica que se segue, vê-se algo valorizado este novo ramo linhagístico por contraste com o primeiro ramo, manchado pela antepassada adúltera.

Ora, esse ramo que parte do segundo casamento é precisamente aquele que vai desembocar na família dos ‘Pereiras’, patrocinadora de um refundidor do *Livro de Linhagens* que em 1382 introduz no texto a narrativa interpolada. Por aí é possível vislumbrar algo das motivações enaltecedoras e depreciativas de que pode vir carregado um relato como o que acabamos de examinar, mormente quando inserido em uma seqüência genealógica específica. Por outro lado, a narrativa justifica, talvez, uma violência praticada por um nobre contra toda uma aldeia (uma violência que terá efetivamente ocorrido ou uma violência que se coloca como passível de ocorrer no mundo imaginário). Mas, sobretudo, a narrativa transmite aos seus leitores-ouvintes um *exemplum* – oferecendo um padrão de moralidade que fixa parâmetros cavaleirescos e que estabelece interditos de várias espécies.

As interferências narrativas podiam se apresentar de modos diversificados nos nobiliários, constituindo desde comentários sobre o valor ou contravalor de tal ou qual nobre, até trechos mais longos como o que acabamos de ler, chegando mesmo a narrativas de extensões consideráveis. Narrativas diversas costumam aparecer em cada um dos três livros de linhagens portugueses, configurando portanto uma prática corrente de alternar o ‘registro familiar restrito’ com relatos de menor ou maior dimensão e de naturezas diversas. Há ainda casos em que um refundidor posterior interpola comentários ou novos segmentos narrativos em uma narrativa já estabelecida no documento original. Deste modo, o próprio texto linhagístico converte-se em espaço para múltiplos enfrentamentos sociais e tensões implícitas.

Compreendida a forma típica desta modalidade literária que era o livro

de linhagens, poderemos aprofundar em seguida uma nova questão, que se refere ao jogo de poderes e micropoderes que interferiam não apenas na elaboração e circulação do texto linhagístico, como na própria constituição e uso do livro de linhagens como objeto manuscrito.

Será necessário destacar, de saída, que tinham origens diversas as narrativas que eram interpoladas nos livros de linhagens para esclarecer, enaltecer ou depreciar aspectos familiares concernentes aos vários membros da nobreza portuguesa e ibérica. Muitas vezes, uma narrativa, que depois se veria interpolada em um livro de linhagens, tinha vida própria e prévia através de uma circulação oral na qual os trovadores medievais desempenhavam um papel central.

Os mesmos poetas que costumavam cantar melodias trovadorescas nos saraus nobiliárquicos e palacianos, eram também os difusores de narrativas diversas envolvendo personagens da nobreza de sua época e, sobretudo, os seus ancestrais. Costumavam recitá-las oralmente nas festas aristocráticas, na praça pública, nas reuniões e espetáculos, e muitas dessas narrativas foram posteriormente incorporadas aos livros de linhagens, precisamente porque se referiam às personagens aristocráticas que eram descritas através das listagens genealógicas. Também podia se dar que, antes de virem a integrar um livro de linhagens, essas narrativas circulassem em cadernos individuais que mais tarde se perderam.

Nosso objetivo será discorrer, a partir daqui, sobre as estratégias que afloram na passagem das ‘versões orais’ das narrativas linhagísticas para as ‘versões escritas’ dos nobiliários – ou, ainda, na passagem de outras versões narrativas já escritas para estas versões escritas que constituem o material linhagístico. Com alguma liberdade no uso desta expressão, falaremos aqui das ‘estratégias editoriais’ envolvidas nestas passagens.

Obviamente que um livro de linhagens – bem cultural da era dos manuscritos – deve ser diferenciado em suas ‘estratégias de publicação’ de um livro inserido na era dos impressos. O livro impresso circula mediante grande quan-

tidade de cópias tipográficas e vai ao público, sendo que neste caso o editor irá direcionar suas estratégias editoriais para captar o interesse, expectativas, a competência cultural de um grande público. Frequentemente buscará fórmulas para reunir em um único feixe interesses diversificados, com o que poderá almejar captar simultaneamente faixas distintas do público consumidor. Poderá lidar não apenas com a publicação impressa de textos originais, mas também com a publicação popularizada de obras já conhecidas – para o que achará lícito promover operações diversas.³

Remodelações na apresentação do texto, multiplicando capítulos ou quebrando parágrafos para tornar o livro mais assimilável para um leitor de determinada competência de leitura; ou estratégias de simplificação, tanto ao nível de desbastamento do texto como ao nível de cortes operados na própria escala da frase – eis algumas estratégias textuais e editoriais voltadas para o deslocamento de um livro original para um outro nível de competência textual. Nem mencionaremos aqui as alterações oriundas da ‘estratégias de impressão’, que chamam atenção para a “[...] distinção fundamental entre texto e impresso” (CHARTIER, 1990a, p.126), e que envolvem desde as interferências ao nível tipográfico como as mudanças do texto em função do ‘suporte’.

Algumas dessas questões são igualmente pertinentes para o texto publicado em manuscrito, mas há diferenças e especificidades em cada caso. Um livro de linhagens, por exemplo, não vai ao seu público sob a forma de inúmeras cópias, e nem pode ser adquirido no mercado. O público é que deve ir ao livro de linhagens – e isto já coloca problemas de acesso ao exemplar único ou às cópias restritas de um manuscrito original. Em tempo: a redação de um livro mostra-se um empreendimento sofisticado na Idade Média, o que torna o exemplar manuscrito não apenas um bem cultural de luxo, mas também um instrumento de poder. Quem tem o poder neste caso são aqueles que simultaneamente controlam o acesso ao livro e definem os seus usos, abrindo

■
³ Sobre as estratégias editoriais em livros impressos do passado (CHARTIER, 1990b, p.166-187).

o seu tesouro manuscrito para variadas práticas de leitura que lhes darão, cada uma delas, um tipo diferente de “oportunidade de poder”.

A alguns o dono permitirá que folheiem o livro, e a outros não. Aos mais chegados ou aos mais importantes no seu circuito de alianças permitirá uma ‘leitura intensiva’, ou, ainda, que lancem mão do conteúdo de seu manuscrito para a criação de novos livros, para investigações sobre as informações ou sobre a sabedoria nele contidas. Em outras oportunidades, irá oferecer o seu livro para a leitura coletiva em voz alta, o que irá tanto difundir a sua imagem de homem de cultura como ainda lhe assegurar uma nova ‘oportunidade de poder’ vinculada ao seu direito de indicar o que será lido (e, portanto o que os outros poderão conhecer ou não de seu livro). Poderá ainda permitir que trovadores-narradores ou outros difusores culturais memorizem algumas das passagens do seu manuscrito para uma posterior difusão ou recriação, que será posta a correr mediante os mecanismos da oralidade. Quem detém o livro, por fim, pode autorizar nele novos acrescentamentos, convocando refundidores para continuar a obra ou completar um conteúdo que ainda não se esgotara (é o caso dos nobiliários, que pretendem registrar uma continuidade linhagística que ultrapassa o período de vida dos seus editores).

Essas são as estratégias pertinentes àquele que detém a posse do manuscrito, que pode ou não ter sido o empreendedor de sua edição (o livro, de tão precioso, é objeto de herança). Existem também as ‘estratégias editoriais’ propriamente ditas, mediante as quais o empreendedor da confecção do livro definirá o tipo de suporte, o modo como o livro é escrito, os materiais a serem incluídos (no caso de uma obra aberta como os nobiliários), as alterações a serem efetivadas, o nível de linguagem a ser buscado, os recursos para permitir que o livro abrigue duas ou mais formas de leitura, a presença ou não de iluminuras. Com todas estas dimensões cujo controle detém no processo de edição, o empreendedor do manuscrito joga com expectativas e “competências textuais” a atingir, com níveis de eficácia a serem alcançados, com mecanis-

mos de inclusão ou exclusão de leitores (e, no caso dos nobiliários, também com mecanismos de inclusão e exclusão daqueles que serão citados nas narrativas e listas genealógicas). Mesmo a escolha do suporte define certas oportunidades de poder e possibilidades de uso: o 'livro de bancada', por exemplo, não pode ser transportado sem uma certa solenidade, e folhear as suas páginas implica uma outra relação de aproximação entre o seu conteúdo e o seu leitor que não aquela pertinente aos livros de fácil manuseio.

Todo esse poder editorial, naturalmente, é aqui elaborado de uma maneira ainda intuitiva (estamos muito longe do mundo das estratégias de publicidade). Mas é de fato um poder a mais no jogo político, e os grandes homens de cultura da Idade Média sabiam lidar com esses recursos de poder assegurados pelo viés da cultura. Os reis-sábios ibéricos (como um Afonso X de Castela ou um D. Dinis de Portugal) ou os grandes nobres promotores de cultura (como um Conde Dom Pedro), certamente não estavam alheios à possibilidade de utilização desses poderes. Em vista disto, foram grandes promotores da feitura de crônicas, livros de linhagens e cancioneiros. Controlar o Livro, palco literário para narrativas e cantigas imobilizadas sob a forma manuscrita, mostra-se quase tão importante quanto controlar um 'sarau trovadoresco', palco concreto para a expressão de cantigas e narrativas através da oralidade ou do imbricamento entre oralidade e escrita. É verdade que existe a diferença de que o palco trovadoresco pode acessar ainda as faixas iletradas de público (mas o livro também pode, é bem verdade, nas suas leituras sociais em voz alta).

Com isso, devemos considerar que a constituição da forma e conteúdo de um nobiliário, a partir do duplo trançado da descrição genealógica e da rede de relatos linhagísticos, não está isenta da interferência dos seus múltiplos editores – no caso os coletores de narrativas e de informações genealógicas, os organizadores e compiladores do material linhagístico por eles fornecido, os promotores do empreendimento, e todo um grupo de escrivães e homens de cultura que se escondem sob o autor nominal do nobiliário (no caso do

Livro de Linhagens) ou sob nome nenhum (no caso do *Livro Velho* e do *Livro do Deão*).

Os nobiliários, como dizíamos, recolhem o seu material narrativo tanto da produção oral circulante no Paço e nos meios senhoriais, como também de versões já escritas que, podemos conjecturar, circulavam também em cadernos e folhas individuais. A existência destas folhas individuais deve ser presumida a partir de uma reflexão sobre os diversos mecanismos possíveis para a preparação ou realização de uma performance narrativa oral.

A performance oralizada de uma narrativa, em alguns casos, deve ou pode se sustentar previamente em um texto de base utilizado ou como roteiro de orientação ou como texto rigoroso para a memorialização. Podemos-nos referir ainda ao caso da leitura em voz alta de um texto – seja a partir da folha pertencente ao orador, ou então a partir de um livro já estabelecido (no caso, é bom lembrar que o *Livro Velho*, bem como algumas das crônicas que foram fontes para os outros dois nobiliários, eram contemporâneas dos saraus palacianos onde circulavam oralmente as narrativas que mais tarde seriam inseridas no *Livro do Deão* e no *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*, e deste modo a leitura do *Livro Velho* podia também fazer parte das atividades culturais aí desenvolvidas). Nada disto exclui, naturalmente, a co-presença da performance oralizada mais pura, inclusive aquela que vem carregada de elementos de improvisação e de interação com o público.

O pressentimento de todas estas práticas diversificadas, em que se imbricam oralidade e algum nível de escrita, deve infelizmente permanecer no âmbito especulativo, uma vez que não possuímos relatos dos próprios narradores e trovadores da época a respeito de seus variados sistemas de exposição e performance. Mas isto não impede que reflitamos sobre as ‘estratégias editoriais’ envolvidas na concretização dos nobiliários.

A esse respeito, devemos lembrar que, mesmo o mais simples ato de conceder uma nova disposição a textos previamente selecionados, é, de certa for-

ma, compor já um novo texto. É em função dos leitores que deseja ou imagina atingir, e em função de *como* os deseja atingir, que o editor-compiler orienta a sua seleção, a maneira como organiza o material selecionado, o seu enquadramento em títulos – isso sem falar nos cortes operados, nas pequenas alterações, e, particularmente no caso dos nobiliários, na maneira como se alterna o material narrativo com a descrição genealógica.

Por outro lado, há notáveis implicações na passagem, para um *corpus* narrativo, de narrativas que antes estavam isoladas. Seja uma versão narrativa que se acha registrada isoladamente em uma folha ou caderno individual, ou seja uma narrativa que faz parte do repertório de um trovador que a apresenta eventualmente no espetáculo trovadoresco, a passagem dessas peças isoladas para o *corpus* do nobiliário as transforma de imediato, sobretudo porque essas narrativas passam a estar contaminadas pela proximidade das outras narrativas, pela sua alternância com uma lista genealógica, por novas conexões que até então não podiam ser imaginadas. Coabitando o mesmo *corpus* que outros textos, a narrativa antes isolada passa a dispor de novas vozes. Mas, de maneira inversa, pode-se dar que a narrativa seja também separada de um *corpus* anterior, de menores ou maiores dimensões, para ser reintroduzida em um novo *corpus* – e nessa operação novos sentidos também lhes são surpreendentemente acrescentados. Pode-se dar ainda que, em casos como esse, algo se cale na passagem de um para o outro *corpus*, ou que uma mensagem que antes era explícita torne-se agora implícita, suplicante por complexas decifrações que antes seriam dispensáveis.

Apenas para dar um exemplo dentro do repertório possível de estratégias editoriais, podia-se quebrar em duas, com a interpolação de uma série de citações genealógicas, uma narrativa que em sua performance oral nos saraus palacianos seria única. Ou, ao contrário, podia-se fundir duas narrativas separadas em uma seqüência única. A interposição de comentários curtos devia, por outro lado, remodelar com frequência uma narrativa original, fosse esta

oriunda da tradição oral ou de uma versão escrita previamente consultada. Em outros casos, o editor-compilador podia achar necessário fazer o texto remontar a uma narrativa ou referência genealógica já incluída em outra parte do nobiliário (“este Dom Fulano de quem falamos é aquele que, conforme dissemos no título tal, descende de Dom Sicrano, e que venceu uma batalha contra os mouros”). Essas remissões internas criam novas possibilidades de intertextualidades a serem percebidas e, conseqüentemente, novas possibilidades de padrões de inteligibilidade. Com o ato de conectar, ou de oferecer a possibilidade de que seja lida uma conexão entre dois relatos que de outra forma estariam desligados, o editor-compilador cria novas modalidades de leitura para sua obra e as insere no repertório de práticas criadoras da leitura (estas que deverão ser compreendidas pelo leitor).

Em síntese, o editor-compilador detinha uma boa margem de manobra para a manipulação do material linhagístico que se propunha a registrar. Com suas estratégias editoriais visava uma determinada eficácia, o cumprimento de um programa voltado para objetivos específicos (como aquele registrado no Prólogo do *Livro de Linhagens*), bem como a já mencionada ‘competência cultural’ do público receptor a que buscava atingir (no caso dos nobiliários era a nobreza, ou certos setores da nobreza, que primeiramente se tinha em vista). Do mesmo modo, o editor-compilador orientava as suas estratégias discursivas e editoriais também conforme as expectativas deste receptor, ou ainda conforme os usos que poderiam ser dados ao seu texto ou a partes isoladas de seu texto (a leitura individual privada ou a leitura social em voz alta, a consulta de base para performances orais ou para a composição de novas crônicas e nobiliários, e assim por diante). Por fim, inseria em um jogo sócio-político que lhe podia ser favorável todas estas oportunidades de poder oriundas do direito de definir e de escolher as múltiplas dimensões envolvidas na composição do texto e de seu suporte.

O jogo de leituras possíveis (e audições possíveis) é a dimensão que com-

pleta esse complexo circuito. Atendo-nos às práticas e modos de leitura dos nobiliários, podemos imaginar um nível mais superficial de leitura que isola os episódios narrados de sua totalidade (portanto desligando-os ou não percebendo a sua intertextualidade possível). Há também uma leitura, ainda superficial, que se atém aos *exempla* oferecidos pelos episódios lidos de maneira isolada (ignorando portanto as conexões linhagísticas propriamente ditas, e não percebendo as múltiplas depreciações e enaltecimentos que se voltam contra indivíduos e linhagens concretas). Esse tipo de leitor educa-se no ideal cavaleiresco, mas não nas secretas e maliciosas artimanhas das operações genealógicas.

Há o leitor de listas familiares, que não se interessa ou a quem é interdita a leitura mais demorada das narrativas, e que se concentra apenas nas referências genealógicas. Este apenas se beneficia de uma compreensão da sua própria inserção familiar-linhagística, bem como das dos outros nobres, mas lhe escapam outras dimensões a serem compreendidas a partir do conteúdo narrativo interpolado. E existe por fim a leitura totalizada, que capta o texto na sua integridade complexa e habilita o leitor a compreender conexões implícitas entre as várias narrativas, percebendo adicionalmente as depreciações e exaltações que se escondem nos interstícios da intertextualidade, e captando também de uma maneira mais plena as lições cavaleirescas agora concedidas não apenas pelas narrativas isoladas, mas pela mega-narrativa que se confunde com a interação entre todas as narrativas nos seus secretos diálogos internos.

Por ora, fica registrado que a existência de níveis e modos de leitura diferenciados a partir do material linhagístico, bem como o acesso a esses diferentes níveis e tipos de leitura, criam hierarquias adicionais entre os diversos leitores e ouvintes dos nobiliários. Aquele a quem é somente concedida a leitura ou a audição do episódio isolado vê-se enclausurado em um nível de percepção mais restrito ao entrar em contato com o material narrativo-linhagístico, e, portanto, lhe é proposto um lugar mais modesto na escala de

leitores e ouvintes. Incluem-se aqui aqueles a quem é oferecida a leitura mais esporádica das páginas do nobiliário, aqueles que somente têm acesso a folhas individuais de narrativas, ou aqueles que são convidados muito eventualmente para os espetáculos trovadorescos. Naturalmente que nem todos eles podem ser situados no mesmo nível, uma vez que há muitos outros interferentes que desnivelam as capacidades individuais de entender e perceber os múltiplos aspectos de um texto – inclusive a própria “competência textual” conquistada por cada um. Mas, enfim, o importante aqui é dar a perceber que o acesso ao livro (e a qualidade do acesso ao livro) educa para novos modos de leitura deste livro – e que a interdição ou restrição de seu acesso impede a possibilidade de o indivíduo-leitor enriquecer seu repertório de modos de leitura de um livro (o mesmo vale para o espetáculo trovadoresco – que, metaforicamente, pode ser considerado como um ‘livro interativo’ aberto para as práticas do espetáculo e da oralidade).

No outro extremo do *continuum* de “competência textual” localizam-se o ‘leitor intensivo’ do nobiliário e o ‘ouvinte freqüente’ dos saraus palacianos e senhoriais, que tendo um maior acesso às várias partes do mega-texto linhagístico, podem começar a desenvolver uma aprendizagem de sua totalidade. Mas é em todo o caso necessário lembrar que a compreensão plena do conteúdo linhagístico inclui ainda uma espécie de ‘iniciação’, que pode ser facilitada através de conversas a que se tenha acesso nos círculos de leitores e ouvintes mais experientes. Por fim, considere-se que – dadas as múltiplas naturezas dos vários conteúdos narrativos presentes nos livros de linhagens – um nível máximo de competência textual pode ser buscado naquele leitor que realiza aquilo que Roger Chartier chamou de uma “leitura plural” (CHARTIER, 1990b, p.123). Esse leitor é capaz de distinguir com eficácia o cômico do sério, o anedótico do moralístico, o didático do meramente enaltecedor ou depreciativo, o fantástico do cotidiano, e nestas operações se apropriar de conteúdos que podem favorecer a sua experiência individual e a

sua posição na ‘luta de representações’ enfrentada na vida cotidiana. Aqui temos ainda um leitor que, tal como exemplificaremos adiante, possui certas ‘chaves de intertextualidade’ que outros desconhecem. E alguns dentre eles chegarão mesmo a perceber a pluralidade de sentidos oferecidos pelos diversos níveis narrativos, e quiçá estarão aptos a captar algo das muitas vozes que habitam o discurso linhagístico, o que de resto os habilitará a tirar partido dos usos abertos a cada narrativa.

Essa capacidade mais plena de leitura do material linhagístico, proporcionadora de uma visão de profundidade e de conjunto vedada à maioria dos leitores, podia se tornar o tesouro de uns poucos que, em todo o caso, só podiam receber certas chaves mais secretas para a compreensão do texto na base de uma transmissão pessoal da informação, e isso quando tinham acumulado uma “competência textual” suficientemente adequada para recebê-la. Circulando por fora do círculo dos leitores-ouvintes da leitura ou da audição fragmentada, da intertextualidade não-percebida, porque não-revelada, da recepção isolada de uma narrativa que se desagrega das outras, esse leitor especial podia se situar em uma posição privilegiada para a compreensão do texto ou do espetáculo. Tudo isto também era ‘poder’, através do qual aqueles que o detinham podiam estabelecer alianças de identidade uns com os outros, ao mesmo tempo em que se separavam daqueles que careciam da informação inteira. Penetrar em mais um compartimento de significado era penetrar em um novo mundo, em uma nova classe de leitor, em novo recinto de poder ao qual nem todos tinham acesso.⁴

No mais, acrescente-se que a possibilidade de imaginar cada leitor em afinidade com um ‘modo de ler’ – ou em um lugar (não necessariamente fixo)

■
⁴ Podemos considerar as palavras de Foucault em *A Ordem do Discurso*: “[...] mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala” (e, pode-se acrescentar, à disposição do sujeito que lê ou escuta). (FOUCAULT, 1996, p.37)

no *continuum* da ‘competência de leitura’ – não nos isenta (como não isentava os editores-compiladores que elaboravam as suas diversas estratégias) de avaliar as inúmeras ‘práticas de leitura’ possíveis de serem partilhadas por um número significativo de leitores (e ouvintes) de níveis diversificados. Aproveitando algumas reflexões já desenvolvidas por Roger Chartier, podemos vislumbrar a variedade destas práticas que permitiriam que os usos de um texto circulassem “entre leitura em voz alta, para si e para os outros, e leitura em silêncio, entre leitura de foro privado e leitura de praça pública, entre leitura sacralizada e leitura laicizada, entre ‘leitura intensiva’ e ‘leitura extensiva” (CHARTIER, 1990b, p.131). Tudo dependia, no caso da época dos nobiliários, de que o dono do Livro, senhor do texto entesourado, o trouxesse à luz destas práticas em ocasiões especiais (como quem tira as jóias do cofre na ocasião da festa), ou que atendesse em algumas ocasiões menos ou mais frequentes às solicitações dos diversos tipos de leitores, exercendo o seu poder de conceder ou interditar o acesso ao texto e de em certos casos definir o seu modo de leitura.⁵

É precisamente uma sutil rede de micropoderes que veremos se estabelecer na confluência do ato de ‘conceder’ a um leitor-ouvinte o acesso ao texto (na sua materialidade, por assim dizer) e do ato de conceder aberturas para este ou aquele modo ou nível de leitura Exemplificaremos com a menção a Aristóteles que aparece como um pormenor do Prólogo do *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*. A certa altura de sua introdução ao seu livro de linhagens, o organizador menciona uma pequeníssima passagem extraída do pensamento do filósofo grego, registrando aí uma marca de intertextualidade. Trata-se esta de uma informação a que nem todos têm acesso no mundo dos leitores-ouvintes linhagísticos (muitos não serão convidados a ler o Prólogo,



⁵ O ‘dono do Livro’ não precisa ser aqui um único indivíduo (como o rei ou o Conde D. Pedro). Pode ser uma instituição como o Mosteiro do Santo Tirso, uma linhagem como a dos Pereiras, uma ordem ou confraria.

outros não perceberão a importância desta menção para compreender a ética com a qual se dialoga, outros serão meros ouvintes desatentos de narrativas isoladas nos saraus palacianos, e assim por diante). Examinando a questão por esse viés, uma leitura de fundo plenamente consciente pode ser pressuposta como monopolizada por aqueles que se mostrassem capazes de estabelecer as devidas conexões intertextuais – certamente o Conde D. Pedro e provavelmente alguns leitores privilegiados por um conhecimento prévio da *Ética a Nicômaco* e das interrelações ocultas entre o nobiliário e o texto grego (ou outras conexões intertextuais para além desta).

A partir desse caso, podemos conjecturar algo acerca das possibilidades de manipulação menos ou mais consciente dos diversos níveis de ‘competência leitora’ pelos editores-compiladores ou pelos detentores da posse dos nobiliários. Existe aí um modo e um nível de leitura a que nem todos têm acesso, e que se revela como expressão de um poder do qual poucos participam, deixando-se para o comum dos leitores-ouvintes as demais leituras que poderíamos considerar ‘menos aprofundadas’, mas que de um modo ou de outro também educam para o modo de vida cavaleiresco, tal como os autores dos nobiliários o concebem.

Quem controla um maior número de chaves para a compreensão de um texto pode ser considerado, naturalmente, mais poderoso no universo dos fruidores habituais e esporádicos de um livro. E há um duplo poder aí envolvido: o poder de compreender melhor o que outros vagamente compreendem ou mesmo ignoram, e o de conceder esta compreensão aos leitores que se quer privilegiar em dado momento, o que obviamente irá ocorrer de acordo com interesses do próprio concessor. A informação é aqui um elemento de poder. Quem pode concedê-la, senão aquele que controla os segredos autorais e editoriais do livro, que detém a totalidade de chaves para a sua compreensão, e que por outro lado tem acesso a um certo número de bens culturais que incluem os livros que devem ser postos em intertextualidade?

Deter ou conceder a informação de que o *Livro de Linhagens* pode ser lido em conexão com a *Ética a Nicômaco*, e, se assim se decidir, mostrar um exemplar da própria obra de Aristóteles àquele leitor que se pretende privilegiar, neste tempo em que os exemplares são raros porque manuscritos – eis aqui um poder exercido que concede novos poderes. Afinal, oferecer a um leitor uma nova chave para a compreensão do texto será, neste caso, permitir que ele tenha acesso a um compartimento do texto que até então permanecia secreto. Depois de abrir uma nova porta no texto, de penetrar no compartimento oculto, de adentrar uma passagem secreta que conduz a uma rede intertextual que até então se desconhecia, a leitura então já não será mais a mesma – e o leitor ter-se-á transmudado em leitor ele mesmo mais poderoso, agora acrescido de uma nova “competência textual” e da posse de uma pequena chave que também ele guardará como um tesouro.

Entrevemos aqui como o *Livro de Linhagens* também traz consigo possibilidades não declaradas de hierarquizar através da leitura, de excluir ou incluir o leitor-ouvinte em uma ou outra ‘classe de leitor’, de criar padrões de identidade e separação conforme as capacidades de penetração nos sentidos da obra. O Livro, suporte solene de acesso restrito, e a Informação extratextual, lugar de múltiplas mensagens de acessos sutilmente controlados, mostram-se aqui dois tesouros diferenciados. Em suma, aqueles que manipulam os usos do Livro e as informações sobre o Livro atuam potencialmente em diversos âmbitos. A determinação daquilo que se conhece, quando se é um nobre atualizado nos parâmetros cavaleirescos, confere a este grupo sócio-cultural seu modo de identificação e distinção (portanto seus critérios de exclusão) – e eis aqui um primeiro poder. Mas, para dentro desse círculo mais amplo, quantos poderes determinados pela diversidade de possíveis saberes! Uma peça mais rara no quebra-cabeças da informação, um signo a mais no repertório da ostentação, um segredo ciosamente guardado para a tradução da informação codificada, uma chave capaz de abrir um portal de intertextualidade ... em

quantos caminhos o Poder vaza o Livro!

Avançaremos por uma última questão. Além de controlar o acesso à leitura, aquele que detém a posse física do nobiliário é também o ‘dono de um livro inacabado’, o que desde já traz novos acréscimos às suas possibilidades de poder. Ao se mostrar como o organizador e proprietário de um livro em aberto que está em permanente construção, e que aceita novos materiais que vão sendo gradualmente incorporados ao texto, o ‘dono’ do nobiliário ou de um cancionero controla também um novo espaço de inclusão e exclusão. O Conde D. Pedro, detentor de um *Livro de Cantigas* e de um *Nobiliário*, converte-se, por exemplo, em uma expressão desse poder. Com o cancionero, que indica autorias das várias cantigas, lida com a ‘inclusão/exclusão’ dos autores, definindo quem irá e quem não irá participar da coletânea e, em um segundo momento, demarcando-os com estratégias editoriais de hierarquização (classificando como jogral ou trovador, elogiando ou depreciando através de rubricas). Com o nobiliário, cujas narrativas são anônimas, controla a ‘inclusão/exclusão’ dos personagens que serão mencionados pela literatura linhagística.

Quase seria a pior ofensa para um nobre, ávido de prestígio social, ser ignorado ou não ter os seus antepassados mencionados nas páginas de um nobiliário que se propõe a ser um livro da nobreza hispânica – não houvesse ainda a situação mais desagradável de ser lembrado como traidor ou covarde, como o marido traído que não vingou a sua honra, como o indivíduo malicioso que engana a sua própria parentela para alcançar objetivos mesquinhos, como o raptor que desonra viúvas e donzelas de boa linhagem. Controlar o acesso e a qualidade de acesso dos personagens à literatura dos nobiliários é participar de maneira excepcional do poder de definir o perfil social de um conjunto importante de indivíduos. Aquelas folhas em branco do nobiliário são ameaçadoras, porque são espaços de futura inclusão e de exclusão – espaços onde serão registrados as vozes e os silêncios dos atores sociais. Lugares da

memória ainda não escrita, e, portanto, lugares de poder.

Tudo o que foi desenvolvido nos últimos parágrafos, naturalmente, só pode e ou deve ser dito no âmbito especulativo (em virtude das lacunas documentais às quais já nos referimos). Mas o importante é superar uma visão linear acerca dos modos e práticas de leitura do material linhagístico. Por outro lado, para mencionar agora uma camada mais externa da compreensão acerca dos modos de leitura linhagísticos, é preciso reconhecer que existe também um terreno comum que o editor-compilador procurava impor a todos os seus leitores. Era no âmbito das ‘operações genealógicas’ que ele procurava impor uma certa maneira de ler o texto a todos os que se aproximam dos nobiliários, independente dos diferentes modos e práticas como estes podiam efetivar suas leituras dos materiais narrativos.

É assim que, nas listas genealógicas que se alternam com o material narrativo, torna-se visível a intenção de impor uma determinada direção ao olhar do leitor. O editor-compilador parece querer aprisionar o leitor genérico do nobiliário na armadilha de uma leitura forçada, ao empurrar leitura abaixo certos sinais aparentemente despreziosos (“esta é irmã daquele, que foi cunhado deste”) que rigorosamente acabam reconstruindo o circuito de antepassados e descendentes da maneira que melhor convém aos patrocinadores do nobiliário. O leitor desavisado tem poucas alternativas: por meio de pequenos comentários que forcem na sua mente a conexão de certos personagens uns com os outros, ele é conduzido pelo editor-compilador à reconstrução de verdadeiras linhagens de heróis ou traidores. Heróis como Egas Moniz ou El Cide são convocados para uma linhagem através de múltiplas lembranças de caminhos laterais (uma irmã que casou com um primo do herói) ou de esquecimentos (ignora-se o traidor que está ali, parentalmente bem próximo da linhagem que se pretende exaltar). A leitura única que pretende se impor ao nível das listas genealógicas parece conviver, desta forma, com as múltiplas leituras que podem ser acessadas na apropriação leitora do material narrativo.

Quanto ao mais, o fenômeno da leitura (e também o da audição) mostra-se sempre riquíssimo de práticas criadoras das quais pudemos apenas mencionar uma pequena parte. Será pertinente atentar, quando possível, para os modos como a leitura pode afetar o próprio leitor, embora muitas vezes tenhamos que nos contentar apenas com conjecturas para este período medieval que investigamos. Em última instância, “[...] cada novo leitor é afetado pelo que imagina que o livro foi em mãos anteriores” (MANGUEL, 1997, p.28). Não é difícil imaginar a quantas transformações se abre o leitor que folheia o livro que ele mesmo sabe ter sido manuseado, em outras ocasiões, pelo rei ou por um nobre de saber reconhecido. Reconhecer-se-á como um homem especial, em tão especial companhia, ou sentir-se-á pequeno e ocasional ao se conectar com os ilustres leitores imaginários que oprimem o seu privilégio de folhear o imponente manuscrito? Sob o peso de tais constrangimentos, e sob a opressão do momento ou da sala de leitura em que foi introduzido, conseguirá ele refletir enquanto os olhos revelam o sentido das palavras? Ou dirigir-se-á ao seu anfitrião – o dono do livro – na busca de comentários ou esclarecimentos que terminarão por orientar a sua própria leitura para uma direção que ela não teria se estivesse na sua própria sala de leitura? Que mecanismos de inclusão e de exclusão, de deformação ou manipulação, podem quicá ser entrevistados nesta experiência tão singular de ler e dar a ler um livro de linhagens!

Chegamos ao fim das considerações acerca dos níveis de leitura e das estratégias autorais-editoriais presentes no texto linhagístico. Ao considerarmos os nobiliários, conforme vimos, devemos ter em mente tanto as ‘estratégias discursivas’ pertinentes às narrativas pré-existentes (advindas da tradição oral ou então de esboços e fontes escritas), como as ‘estratégias editoriais’ que se concretizam a partir das próprias escolhas e decisões que envolvem a compilação do livro. Entrelaçam-se aqui as diversas estratégias discursivas e editoriais envolvidas – sem contar as mencionadas estratégias oriundas da posse do livro e do monopólio do acesso à sua leitura.

A manuscript book and its system of micropowers: the Ancestry Books of the Portuguese Middle Age

ABSTRACT

This article intends to examine some questions referring to the relations between “power” and “book” in the times of the medieval manuscript books, reflecting on this question through an analysis of the Portuguese ‘ancestry books’ from the 13th and 14th centuries. In the first part of the article, the relations between power, society and the text of the ancestry books are examined. In the second part, the analysis is directed to the relations between power, society and the book as an object submitted to social forms of control.

KEYWORDS: power; book; ‘ancestry books’; genealogy.

Un libro manuscrito y su sistema de micropoderes: los Libros de Linajes de la Edad Media Portuguesa

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo examinar algunas cuestiones referentes a las relaciones entre “poder” y “libro” en la época de los libros manuscritos medievales – reflexionando sobre esta cuestión a través de los ‘libros de linajes’ portugueses de los siglos XIII e XIV. En la primera parte del artículo, son examinadas las relaciones entre poder, sociedad y el texto de los ‘libros de linajes’. En la segunda parte, el análisis es orientado hacia las relaciones entre poder, sociedad y el libro como objeto sometido a controles sociales diversos.

PALABRAS CLAVE: poder; libro; ‘libro de linajes’, genealogía.

Referências

ARISTOTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, 4).

CHARTIER, Roger. Textos e edições: a ‘literatura de cordel’ In: _____. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990a. P.166-187.

_____. Textos Leituras e Impressos. In: _____. *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990b. P.121-139.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

MANGUEL, A. *Uma História da leitura*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

MATTOSO, José. As fontes do nobiliário do Conde D. Pedro In: _____. *A Nobreza Medieval Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1987. P.57-100.

_____. Introdução. In: MATTOSO, José (Ed.). *Livro de Linhagens do Conde D.*

Pedro. Lisboa: A.C.L, 1980a. (Nova Série dos *Portugaliae Monumenta Histórica*).

MATTOSO, José (Ed.). **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.** Lisboa: A.C.L, 1980b. (Nova Série dos *Portugaliae Monumenta Histórica*).

MATTOSO, José; PIEL, Joseph. (Ed.) **Livros Velhos de Linhagens.** Lisboa: Academia de Ciências, 1980c. (Nova Série 2 *Portugaliae Monumenta Histórica*)

José D'Assunção Barros

Doutor em História Social pela

Universidade Federal Fluminense

Professor dos cursos de Graduação e Mestrado em

História da Universidade Severino Sombra (Vassouras)